



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

EDITAL Nº 42/2018 DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DO PARANÁ

A Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Paraná, de acordo com o que foi deliberado na reunião do dia 25 de maio de 2018, divulga os pontos agrupados para a prova oral, consoante o estabelecido no item 12.3 do Edital nº 01/2016.

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO.

Todas as disposições dos Códigos poderão ser objeto de questionamentos, ainda que não constem explicitamente nesta relação, inclusive eventuais modificações legislativas, desde que integrem e tenham correlação com o ponto sorteado.

I - DIREITO CIVIL

PONTO Nº 1

Sistema do Código Civil. Princípios gerais do Direito. Unidade sistemática e pluralidade de fontes. Codificação e constitucionalização das relações interprivadas.

Normas Gerais do Direito Brasileiro. Interpretação da norma jurídica. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica e situações jurídicas. Situações subjetivas existenciais e situações subjetivas patrimoniais.

Das pessoas naturais. Da personalidade jurídica e direitos da personalidade. Liberdade, autonomia e novas tecnologias.

Dos negócios jurídicos e da sua validade. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos jurídicos ilícitos.

PONTO Nº 2

Fato jurídico. Teoria Geral do negócio jurídico. Prova. Negócios jurídicos: conceito, pressupostos e elementos de existência, requisitos de validade; classificações. Inexistência, invalidade e ineficácia. Vícios ou defeitos dos atos e negócios jurídicos. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. A função negocial nas relações jurídicas contemporâneas.

Prescrição e decadência.

Contratos em geral. Normas gerais. Extinção do contrato. Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. Pós-eficácia contratual.

Formação e conclusão dos contratos. O valor jurídico da boa fé. Negociações preliminares e responsabilidade na ruptura. Teoria da Boa-Fé Objetiva. Violação positiva do contrato.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 3

Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear. Gestão de negócios. Distinções e semelhanças do regime jurídico-contratual entre 'civil law' e 'common law'.

Espécies de contratos: Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Empréstimo. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Constituição de renda. Fiança. Transação.

PONTO N° 4

Dos contratos de Seguro.

Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Do novo direito de danos e os reflexos na imputação e no nexo causal.

Compromisso. Lei das Locações (Lei 8.245/1991).

Direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Da mora.

PONTO N° 5

Direitos das Coisas. Posse. Propriedade. Função social da propriedade. Aquisição da propriedade imóvel. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso e Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Alienação fiduciária. Proteção possessória. Usucapião. Espécies e requisitos. Teorias sobre a figura jurídica dos parágrafos 4° e 5° do art. 1.228 do Código Civil Brasileiro.

PONTO N° 6

Direito de família. Casamento. Relações de parentesco e poder familiar. Investigação de paternidade. Fundamentos biológicos e bases socioafetivas da filiação e do parentesco.

Dissolução judicial e extrajudicial da sociedade conjugal. Divórcio. Lei 11.441/07.

Filiação matrimonial. Filiação havida fora do casamento. Posse de estado de filho. Filiação e descendência genética.

Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos.

Bem de família.

União estável. União Homoafetiva.

PONTO N° 7

Tutela e curatela.

Direitos das sucessões: Regras Gerais. Administração da herança. Aceitação e renúncia. Da herança jacente. Da vocação hereditária. Sucessão legítima e testamentária.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Dos testamentos: disposições gerais. Legado e Codicilo. Da redução, da revogação e do rompimento do testamento.

II - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO N° 1

Direito material e direito processual. Normas processuais fundamentais. Direito processual e Constituição. Acesso à Justiça. Lesão e ameaça a direito. Instrumentalidade, efetividade e razoabilidade. Meios alternativos de solução de conflitos. Aplicação das normas processuais.

Jurisdição e competência. Conceito. Características. Espécies. Escopos. Critérios. Limites. Princípios. Cooperação internacional. Incompetência absoluta e relativa e meios de suscitação. Modificação da competência. Prevenção. Prorrogação. Perpetuação. Cooperação nacional.

Ação: conceito, natureza jurídica, teorias, condições, identificação e Classificação. Processo: conceito, natureza jurídica, teorias. Pressupostos processuais.

PONTO N° 2

Sujeitos do processo. Partes e capacidade processual. Deveres processuais e responsabilidade. Sucessão e substituição. Procuradores. Litisconsórcio: modalidades, poderes e limitação. Intervenção de Terceiros: espécies, características. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Assistência judiciária.

Atos processuais: conceito, classificação, forma. Prática de atos processuais no processo eletrônico. Atos das partes e negócios jurídicos processuais. Atos do juiz. Tempo, lugar e comunicação dos atos processuais. Prazos. Nulidades.

Tutelas provisórias. Aspectos gerais. Tutelas de urgência. Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos, procedimentalização. Estabilização. Tutela de evidência: cabimento, requisitos, procedimentalização. Distribuição do tempo do processo.

PONTO N° 3

Processo de conhecimento e cumprimento de Sentença. Procedimento comum e procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos de jurisdição voluntária. Formação, suspensão e extinção do Processo. Petição inicial: requisitos, emenda, indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Recursos. Retratação. Audiência de conciliação ou de mediação.

Resposta: conceito, espécies. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Provas: conceito e disposições gerais. Produção antecipada. Ônus. Distribuição estática e distribuição dinâmica. Poderes probatórios do juiz. Prova ilícita. Proporcionalidade. Prova e tutela inibitória. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento.

PONTO N° 4

Sentença: conceito, disposições gerais, classificação e elementos. Racionalidade. Duplo discurso. Fundamentação analítica. Efeitos. Congruência. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Remessa obrigatória. Coisa julgada: conceito; espécies; limites; eficácias negativa, positiva e preclusiva; relativização. Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes. Liquidação de sentença.

Cumprimento de Sentença: disposições gerais. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação (a) de pagar quantia certa; (b) de prestar alimentos, provisórios ou definitivos; (c) de pagar quantia certa pela Fazenda Pública; (d) de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Defesa. Cumprimento de sentença provisório e definitivo.

PONTO N° 5

Procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias, inventário e partilha, embargos de terceiro, oposição, habilitação, ação monitória, restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Interdição e tutela. Organização e fiscalização das fundações.

Processo de execução: disposições gerais, partes, competência, requisitos. Títulos executivos. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.

PONTO N° 6

Da ordem dos processos nos Tribunais e competência originária: disposições gerais. Incidentes de assunção de competência, e arguição de inconstitucionalidade e de resolução de demandas repetitivas. Conflito de competência. Homologação de sentença estrangeira e concessão de exequatur a carta rogatória. Ação rescisória. Reclamação.

Recursos: conceito, natureza jurídica, classificação, normas fundamentais, efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Sucedâneos recursais. Ações autônomas de impugnação. Precedentes. Súmulas. Súmulas vinculantes. Papel das Cortes Superiores. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário. Recursos extraordinário e especial repetitivos e seu julgamento. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência. Técnica de julgamento não unânime.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 7

Código de Processo Civil (Lei n° 13.105/2015) e suas alterações. Doutrina processual e legislação processual esparsa e suas alterações (independentemente de indicação específica do diploma legal, mas notadamente a respeito do indicado) sobre: bem de família (Lei n° 8.009/90); prescrição das ações contra a Fazenda Pública (Decreto n° 20.910/1932 e Decreto-lei n° 4.597/1942); assistência judiciária (Lei n° 1.060/50); execução fiscal (Lei n° 6.830/80); divórcio, separação e união estável (Lei n° 6.515/77 e Lei n° 9.278/96); proteção do consumidor (Lei n° 8.078/90); desapropriação (Decreto lei n° 3.365/41); registros públicos (Lei n° 6.015/73); mandado de segurança (Lei n° 12.016/09); ação popular e ação civil pública (Lei n° 4.717/65, Lei n° 7.347/85 e Lei n° 8.429/92); habeas data (Lei n° 9.507/97); alimentos (Lei n° 5.478/68 e Lei n° 11.804/08); investigação de paternidade (Lei n° 8.560/92); habeas corpus cível; usucapião; Juizados Especiais Estadual e Federal (Lei n° 9.099/95 e Lei n° 10.259/01) e Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei n° 12.153/09); informatização do processo judicial (Lei n° 11.419/06); medidas cautelares e tutela antecipada contra o Poder Público/Fazenda Pública e suspensão de liminares (Lei n° 8.437/92 e Lei n° 9494/97); edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (Lei n° 11.417/2006); mediação e autocomposição de conflitos (Lei n° 13.140/15). Reflexos da Lei n° 13.105/2015 na legislação processual esparsa.

III - DIREITO DO CONSUMIDOR (LEI N° 8078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990)

PONTO N° 1

Fundamentos Constitucionais e infraconstitucionais do Direito do Consumidor.
Campo de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor - CDC.
Relação de Consumo. Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço.
Correntes.

PONTO N° 2

Principiologia e Direitos Básicos no CDC. Inversão do ônus da prova.
Responsabilidade pelo fato e do produto e do serviço no CDC.
Responsabilidade pelo Vício do produto e do serviço no CDC. Prazos. Garantia Contratual e Legal. Decadência e Prescrição.
Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC.

PONTO N° 3

Oferta e Publicidade. Práticas Comerciais Abusivas. Cobrança de Dívidas e cadastros de Inadimplentes.
Proteção Contratual no CDC. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Financiamentos. Ações de revisão de contrato.
Defesa dos Direitos do Consumidor em Juízo. Ações Coletivas para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em matéria de consumo.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

IV - DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90)

PONTO Nº 1

Constituição Federal de 1988 - Infância e Juventude.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90).

Lei do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594/2012).

PONTO Nº 2

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça.

Normativa Internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Convenção de Haia sobre Cooperação em Matéria de Adoção, Regras Mínimas sobre Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing).

V - DIREITO PENAL

PONTO Nº 1

Direito Penal: conceito, funções e caracteres. Ciências Penais e disciplinas auxiliares;

Escolas e tendências penais: escola clássica, escola positiva, escola crítica, escola moderna alemã, escola penal humanista, escola técnico-jurídica, escola correccionalista, movimento de defesa social;

Principais fases da evolução epistemológica do Direito Penal: positivismo, neokantismo, finalismo e ontologismo do finalismo de Welzel, pós-finalismo: normativismo funcionalista. Direito Penal do Inimigo;

Princípios Fundamentais do Direito Penal. Princípio da legalidade ou reserva legal. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da culpabilidade. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade. Princípios da pessoalidade e da individualização da pena. Princípio da proporcionalidade. Princípio da humanidade. Princípio da adequação social. Princípio da insignificância.

Dos crimes contra a pessoa;

Dos crimes contra a propriedade imaterial;

Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

Dos crimes contra a família.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 2

Bem Jurídico-Penal: Conceito e delimitação. Bem jurídico individual e transindividual. Objeto do crime. Bem jurídico e função;

Teoria da lei penal. Fontes do Direito Penal: costume, jurisprudência e doutrina. Norma e lei penal: conceito e estrutura lógica da norma jurídico-penal. Lei penal em branco. Interpretação da lei penal. Aplicação da lei penal: argumento analógico, princípios gerais de direito e equidade.

Âmbito temporal da lei penal: irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime.

Âmbito espacial da lei penal. Princípios Fundamentais. Conceito de território nacional. Lugar do delito. Extraterritorialidade: imunidade diplomática e imunidade parlamentar. Extradicação: conceito e espécies. Princípios e condições. Limitações à extradicação. Deportação e expulsão.

Dos crimes contra a incolumidade pública;

Dos crimes contra a paz pública;

Dos crimes contra a fé pública e delitos das fraudes em certames de interesse público;

Dos crimes contra a administração pública;

Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006).

PONTO N° 3

Delito: conceito formal, material ou analítico. Classificação dos delitos: delito de resultado, delito de mera atividade ou conduta, delito qualificado pelo resultado, delito de lesão, delito de perigo abstrato e concreto, delito comum, especial (próprio e impróprio), delito de mão própria, delito unissubsistente, delito plurissubsistente, delito pluriofensivo, delito instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes, delito de dano, delito comissivo, delito omissivo próprio (puro) e omissivo impróprios (ou comissivos por omissão, ou comissivos-omissivos), delitos unissubjetivo, delito plurissubjetivo (coletivo, de concurso necessário), delitos de ação única, delitos de ação múltipla ou de conteúdo variado, delito complexo, delito progressivo ou de passagem, delito habitual;

Dos crimes contra a pessoa;

Dos crimes referentes à violência doméstica e familiar (Lei 11.340/2006);

Dos crimes previstos na Lei 9.263/96 (planejamento familiar);

Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003);

Dos crimes de tortura (Lei 9.455/97).

PONTO N° 4

Teorias da ação. Causas que excluem a ação e omissão. Relação de causalidade. Teorias. Superveniência de causa relativamente independente. Causação e imputação do resultado. Teorias. Estrutura do delito omissivo. Delito omissivo próprio. Delito omissivo impróprio;

Tipicidade. Conceito de tipo. Tipicidade e ilicitude. Desvalor da ação, desvalor do resultado. Classificação estrutural dos tipos. Tipo de injusto de ação doloso: tipo objetivo e tipo subjetivo. Elemento subjetivo geral: o dolo. Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo). Tipo de injusto de



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

ação culposo. Conceito e elementos. Modalidades de culpa. Espécies de culpa. Princípio da confiança. Dolo eventual e culpa consciente. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro accidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido.

Dos crimes de interceptação das comunicações telefônicas (Lei 9.296/96);

Dos crimes de trânsito (Lei 9.503/97);

Dos crimes de propriedade intelectual de programa de computador (Lei 9.609/98);

Dos crimes contra o meio ambiente (Lei 9.605/98);

Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006).

PONTO N° 5

Ilicitude ou antijuridicidade. Causas de justificação. Estado de necessidade: conceito, fundamento e requisitos. Legítima defesa: conceito, fundamento e requisitos. Estrito cumprimento de dever legal: conceito, fundamento, requisitos. Colisão de deveres. Exercício Regular de direito: conceito, fundamento e requisitos. Consentimento do ofendido: conceito, funções, fundamento e requisito; Culpabilidade. Conceito. Evolução dogmática da culpabilidade. Conceito material de culpabilidade. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão da imputabilidade. Imputabilidade diminuída. Embriaguez *actio libera in causa*. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e modalidades. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível. Exigibilidade de conduta diversa. Inexigibilidade. Hipóteses legais e supra legais de exculpação; Etapas da realização do delito: consumação e tentativa. Conceito e elementos. Fundamento da punibilidade da tentativa. Preparação e execução. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime impossível e delito putativo. Intervenção predisposta de autoridade e atuação do agente provocador.

Dos crimes de transplante de órgãos (Lei 9.434/97);

Dos crimes do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73);

Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Leis 8.137/90 e 8.176/91);

Dos crimes contra o patrimônio.

PONTO N° 6

Sujeitos do delito. Sujeito ativo e passivo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica;

Concurso de pessoas. Autoria e participação: teorias, requisitos e divisão. Autoria e coautoria: conceito de autor. Autoria colateral Participação: conceitos, elementos e espécies de participação. Punibilidade no concurso de pessoas. Circunstâncias incommunicáveis;

Concurso de delitos. Unidade e Pluralidade delitiva. Sistemas. Concurso material ou real. Concurso formal ou ideal. Crime continuado. Multas no concurso de delitos;



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Das disposições penais em relação à prevenção e repressão de organizações criminosas (Lei 12.850/2013);

Dos crimes de licitações públicas (Lei 8.666/93);

Dos crimes de responsabilidade penal dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei 201/67);

Dos crimes contra o patrimônio.

PONTO N° 7

Teoria das Circunstâncias. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais. Circunstâncias agravantes. Reincidência. Conceito e elementos da reincidência. Espécies e efeitos da reincidência. Agravantes no concurso de pessoas. Circunstâncias atenuantes. Causas de aumento e de diminuição de pena. Qualificadoras.

Teorias da pena. Conceito. Espécies. Fundamentos e fins da pena.

Teorias absolutas, relativas ou unitárias (ecléticas), Classificação das penas.

Dos crimes contra a dignidade sexual;

Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/65);

Crimes de propriedade intelectual (Lei 9.279/96);

Dos crimes previstos no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003);

Crimes previstos na Lei 12.663/2012 (Lei da Copa).

PONTO N° 8

Sistemas penitenciários.

Princípios da Execução Penal: Princípio da legalidade; Princípio do devido processo legal; princípio da humanidade; princípio da jurisdicionalidade; princípios do contraditório e da ampla defesa; princípio da publicidade. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal: Do objeto da execução penal; da jurisdição do Juízo da Execução; dos presos provisórios, condenados pela Justiça Eleitoral ou Militar; delitos não atingidos pela sentença ou pela lei; a comunidade como ente colaborador. Classificação dos condenados: exame de personalidade e exame criminológico. Assistência: assistência material, assistência à saúde, assistência educacional, assistência social, assistência religiosa, assistência ao egresso. Trabalho: trabalho interno e externo. Deveres e direitos do preso. Disciplina: Faltas disciplinares, regime disciplinar diferenciado, sanções, aplicação das sanções e procedimento disciplinar;

Dos crimes contra a pessoa;

Dos crimes contra a organização do trabalho;

Dos crimes de discriminação na relação jurídica de trabalho (Lei 9.020/95);

Dos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003);

Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

PONTO N° 9

Órgãos da Execução Penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

penitenciários. Departamento Penitenciário Nacional. Departamento Penitenciário local. Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública; Estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia agrícola, industrial ou similar. Casa do albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Cadeia Pública.

Dos crimes contra o patrimônio;

Dos crimes contra a dignidade sexual;

Crimes falimentares (Lei 11.101/2005);

Dos crimes de lavagem de capitais (Lei 9.613/1998);

Dos crimes hediondos (Lei 8.072/90).

PONTO N° 10

Penas privativas de liberdade e execução das penas em espécie: Reclusão e Detenção. Guia de recolhimento. Cálculo de liquidação e soma das penas. Superveniência de doença mental. Regimes. Soma e unificação de pena, detração, remição e fixação de regime. Progressão de regime: requisito objetivo e subjetivo, progressão nos crimes hediondos ou equiparados, regime aberto. Progressão por saltos. Regressão de regime. Monitoração eletrônica. Permissão de saída prisional. Saída temporária. Requisitos para a concessão da saída temporária. Condições legais de fiscalização. Prazo para saída temporária. Revogação da saída temporária. Remição. Contagem do tempo remido. Decisão judicial. Perda do tempo remido. Tempo remido e benefícios;

Penas restritivas de direitos. Prestação pecuniária. Perda de bens e valores. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Interdição temporária de direitos: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos. Limitação de fim de semana. Substituição. Conversão da pena na execução. Fiscalização e regras para execução;

Pena de multa. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas de cominação de multa penal. Aplicação da pena de multa. Pagamento e parcelamento. Conversão e suspensão da pena de multa. Da prescrição da pena de multa na execução.

Dos crimes contra o patrimônio;

Dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (8.078/1990).

Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006);

Dos crimes de biossegurança (Lei 11.105/2005).

PONTO N° 11

Determinação da pena. Conceitos e sistemas. Individualização legal, judicial e executória. Fixação da pena. Fixação da pena privativa de liberdade.

Fixação da pena de multa;

Suspensão condicional da pena. Conceito e natureza jurídica. Sistemas. Requisitos. Espécies. Condições. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção. Competência;



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Livramento condicional. Requisitos de ordem objetiva e subjetiva. Concessão do livramento. Condições. Carta de livramento, cerimônia, caderneta e pecúlio. Revogação obrigatória e facultativa. Efeitos da revogação. Modificação das condições. Suspensão do livramento. Prorrogação do período de prova e extinção da pena;

Medidas de Segurança. Conceito. Natureza jurídica. Pena e medida de segurança. Princípio da legalidade. Sistemas. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança: prática de fato punível, periculosidade do autor, e ausência de imputabilidade plena. Espécies: internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, e tratamento ambulatorial. Locais de internação e tratamento. Duração das medidas de segurança. Exame de verificação da cessação de periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Medida de segurança substitutiva: semi-imputabilidade e superveniência de doença mental. Duração da medida de segurança substitutiva. Extinção da punibilidade e medidas de segurança. Direitos do internado.

Dos crimes contra a dignidade sexual;

Dos crimes contra o patrimônio;

Dos crimes relativos a preconceito (Leis 7.716/89 e 9.459/97);

Dos crimes contra a família.

PONTO Nº 12

Processo e procedimento judicial na execução penal. Iniciativa. Procedimento. Videoconferência na execução penal. Agravo em execução; 32. Conversões na execução. Incidentes de execução. Conversões: pena privativa de liberdade em penas restritivas de direito; penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade; impossibilidade de conversão da pena de multa; pena privativa de liberdade em medidas de segurança. Tratamento ambulatorial em internação;

Excesso ou desvio na execução. Legitimidade para suscitar o incidente; 34.

Efeitos da condenação. Conceito. Efeitos secundários penais. Efeitos secundários extrapenais: genéricos específicos. Reabilitação: conceito, condições, requisitos, efeitos e revogação;

Condições objetivas da punibilidade. Definição e natureza jurídica. Enumeração e efeitos. Escusas absolutórias. Conceito e denominação. Natureza jurídica;

Causas de extinção da punibilidade. Natureza jurídica e efeitos da extinção da punibilidade. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. *Abolitio criminis*. Renúncia. Perdão do ofendido. Perdão judicial. Retratação. Decadência e perempção;

Prescrição. Conceito e fundamentos. Os prazos de prescrição e sua contagem. Espécies. Suspensão e interrupção da prescrição.

Dos crimes relativos ao mau uso de agrotóxicos (Leis 7.802/89 e 7.804/89);

Dos crimes eleitorais (Lei 4.737/65);

Lei das Contravenções Penais (Dec-Lei 3.688/41).

Dos crimes contra o patrimônio.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO N° 1

-Interpretação e Aplicação da Norma Processual Penal
-Direito Processual Penal à luz da Constituição Federal
-Leis especiais:
11.343/2006 (antidrogas)
9.807/1999 (programa de proteção às vítimas)
4.898/1965 (regula o ato de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)
9.296/1996 (interceptação telefônica)
7.960/1989 (prisão temporária)
9.503/1997 (código de trânsito brasileiro)
10.826/2003 (estatuto do desarmamento)
11.340/2006 (violência doméstica)
DL 201/67

PONTO N° 2

-Do inquérito Policial (Título II do Livro I - CPP).
-Da Ação Penal (Título III do Livro I - CPP).
-Da Ação Civil (Título IV do Livro I - CPP).
-Leis especiais:
11.343/2006 (antidrogas)
9.807/1999 (programa de proteção às vítimas)
4.898/1965 (regula o ato de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)
9.296/1996 (interceptação telefônica)
7.960/1989 (prisão temporária)
9.503/1997 (código de trânsito brasileiro)
10.826/2003 (estatuto do desarmamento)
11.340/2006 (violência doméstica)
DL 201/67

PONTO N° 3

-Da Competência (Título V do Livro I - CPP).
-Das Questões e Processos Incidentes (Título VI do Livro I - CPP).
- Da prova (Título VII do Livro I - CPP).
-Leis especiais:
11.343/2006 (antidrogas)
9.807/1999 (programa de proteção às vítimas)
4.898/1965 (regula o ato de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)
9.296/1996 (interceptação telefônica)
7.960/1989 (prisão temporária)
9.503/1997 (código de trânsito brasileiro)



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

10.826/2003 (estatuto do desarmamento)

11.340/2006 (violência doméstica)

DL 201/67

PONTO N° 4

-Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (Título VIII do Livro I - CPP).

- Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória (Título IX do Livro I - CPP).

-Leis especiais:

11.343/2006 (antidrogas)

9.807/1999 (programa de proteção às vítimas)

4.898/1965 (regula o ato de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)

9.296/1996 (interceptação telefônica)

7.960/1989 (prisão temporária)

9.503/1997 (código de trânsito brasileiro)

10.826/2003 (estatuto do desarmamento)

11.340/2006 (violência doméstica)

DL 201/67

PONTO N° 5

-Das Citações e Intimações (Título X do Livro I - CPP).

-Do Processo Comum (Título I do Livro II - CPP).

-Dos Processos Especiais (Título II do Livro II - CPP)

- Da Sentença (Título XII do Livro I - CPP).

-Leis especiais:

11.343/2006 (antidrogas)

9.807/1999 (programa de proteção às vítimas)

4.898/1965 (regula o ato de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)

9.296/1996 (interceptação telefônica)

7.960/1989 (prisão temporária)

9.503/1997 (código de trânsito brasileiro)

10.826/2003 (estatuto do desarmamento)

11.340/2006 (violência doméstica)

DL 201/67

PONTO N° 6

-Das Nulidades e dos Recursos em Geral (Títulos I e II do Livro III - CPP).

- Da Execução da Pena (Lei 7210/84).



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

VII - DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO N° 1

Constituição: conceito e classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição;

Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República;

Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; critério da interpretação conforme;

Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas;

Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual;

PONTO N° 2

Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão;

Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação direta de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental);

PONTO N° 3

Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas;

Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados;

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais); Advocacia (o advogado e a administração da Justiça, direitos, deveres e inviolabilidade); Advocacia pública (procuradorias e defensorias);

Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar;

PONTO N° 4

Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); os "consórcios públicos" (Lei 11.107/2005); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, limites e controle);

PONTO N° 5

Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais;

Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade);

Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; direito à saúde e segurança social (previdência e assistência social); disciplina da comunicação social;

Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e requalificação dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n° 9.096/95);

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

VIII - DIREITO ELEITORAL

PONTO N° 1



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Fases do processo eleitoral "stricto sensu": preparatória, votação, escrutínio e diplomação. Características e principais institutos eleitorais de cada fase.

Organização Judiciária Eleitoral: TSE, TRE, Juízes e Juntas Eleitorais. Instâncias Eleitorais. Competência desses órgãos judiciários.

Ministério Público Eleitoral.

PONTO N° 2

Circunscrição eleitoral. Zona eleitoral. Seção eleitoral. Alistamento eleitoral. Mesa receptora de votos, cabinas e urnas.

Processo penal eleitoral. Fase pré-processual: inquérito policial; flagrante; representação; notícia crime e peças de investigação. Ação penal eleitoral. Rito processual. Incidentes. Crime Eleitoral.

Ação de impugnação de pedido de registro de candidatura. Investigação judicial eleitoral ou representação jurisdicional eleitoral. Recurso contra a diplomação. Ação de impugnação de mandato eletivo.

IX - DIREITO EMPRESARIAL

PONTO N° 1

Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial. Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n° 123/2006). Direito Societário. Código Civil de 2002. Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades. Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples; f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações. Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio.

PONTO N° 2

Propriedade Industrial. Patentes: a) pedido; b) concessão da patente; c) invenção; d) modelo de utilidade; e) proteção; f) nulidades; g) cessão do pedido ou da patente; h) extinção da patente. Marcas: a) caracterização; b) registro; c) restrições; d) proteção; e) nulidades; f) cessão e licença de uso; g) prazo; h) extinção do registro. Desenhos Industriais: a) titularidade e pedido de registro; b) proteção legal; c) nulidade e extinção do registro.

PONTO N° 3

Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei nº 9.492, de 10.09.97); d) aceite. Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) comercial paper; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural.

PONTO Nº 4

Recuperação judicial, extrajudicial falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005). Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial. Crise econômica e financeira e cessação do pagamento; causas macro e microeconômicas da crise da empresa. Recuperação judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: plano especial. Recuperação extrajudicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência: a) objetivo; b) juízo universal; c) efeito da sentença em relação às dívidas; d) classificação dos créditos e ordem de preferência. Procedimento e decretação da falência; f) direitos e deveres do falido; g) autofalência; h) efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor; i) Ações falimentares. Crimes praticados na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial: a) competência; b) natureza da ação penal; c) procedimento penal; d) prescrição; e) efeitos da sentença condenatória; f) legitimação passiva; g) condição objetiva de punibilidade.

X - DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO Nº 1

Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. Repartições de competência. Discriminação constitucional de rendas tributárias. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades.

PONTO Nº 2

Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio. Impostos de competência dos Estados. Impostos de competência dos Municípios.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 3

Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. O "fato gerador" da obrigação tributária. Classificações dos "fatos geradores". Efeitos do "fato gerador". O "fato gerador" no âmbito do Código Tributário Nacional.

PONTO N° 4

Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários.

PONTO N° 5

Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. 6. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento. Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia.

PONTO N° 6

Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança.

XI - DIREITO AMBIENTAL

PONTO N° 1



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Origem histórica. Antropocentrismo e Ecocentrismo. Fontes materiais e formais do Direito Ambiental. Conferências de Estocolmo, das Nações Unidas e de Joanesburgo. Princípios do Direito Ambiental.

Tutela Constitucional do Meio Ambiente. Bens Ambientais e Atividades relacionadas com o Meio Ambiente na Constituição. Repartição de Competências em Matéria Ambiental. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Limitações ao Direito de Propriedade.

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81). Objetivos. Princípios. Definição legal e conceitos: meio ambiente e suas classificações, degradação ambiental, poluição, poluidor, dano ambiental, recursos naturais e impacto ambiental. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Servidão Ambiental.

Licenciamento Ambiental. Conceito e Natureza jurídica. Licença Ambiental. Competência. Procedimento. Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Publicidade. Modificação, suspensão e cancelamento. Compensação Ambiental. Regularização das Atividades. Audiência Pública.

PONTO N° 2

Tutela civil e processual do meio ambiente. Responsabilidade civil ambiental. Reparação do dano ambiental. Princípios informadores da responsabilidade civil em tema de meio ambiente e conceitos correlatos.

Ação de obrigação de fazer e não fazer. Ação Civil Pública. Inquérito Civil. Termo de Ajustamento de Conduta. Outras ações de proteção do meio ambiente. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.

Tutela penal e processual penal do meio ambiente. Responsabilidade penal da pessoa jurídica e da pessoa física. Competência, Procedimento e Penas. Excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade. Lei dos crimes ambientais (Lei 9.605/98).

Tutela Administrativa do meio ambiente. Infrações Administrativas e Responsabilidade Administrativa. Competência, Procedimento e Sanções em espécie. Reincidência. Decadência e Prescrição. Publicidade.

PONTO N° 3

Proteção da Fauna e da Flora. Recursos Hídricos. Recursos Minerais e Petróleo. Poluição Sonora. Poluição Visual. Poluição Atmosférica. Agrotóxicos. Atividades Nucleares. Biodiversidade. Patrimônio Genético. Biotecnologia. Biossegurança.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC (Lei 9.985/2000). Política Urbana e Meio Ambiente. Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Código Florestal (Lei 12.651/2012).



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

XII - DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO N° 1

Formação histórica do Direito Administrativo brasileiro. A influência do Direito estrangeiro (francês, italiano e anglo-americano).

Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo.

A Administração Pública: conceito; sentido objetivo e subjetivo. A Teoria da Separação dos Poderes, o Poder Executivo e a função administrativa. Administração Pública e Governo. Regime jurídico-administrativo. Os regimes de Direito Privado e de Direito Público na Administração Pública.

Princípios de Direito Administrativo: importância, natureza e regime. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Princípios constitucionais implícitos e explícitos.

PONTO N° 2

O ato administrativo: conceito, objeto e conteúdo. Fatos da administração, fatos administrativos e atos administrativos. A estrutura do ato administrativo: elementos e pressupostos. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade e eficácia dos atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. A teoria dos motivos determinantes. O regulamento no Direito Administrativo brasileiro.

Discrecionariedade administrativa: conceito, justificação e controle judicial. Legalidade e mérito do ato administrativo. Atos vinculados e atos discricionários.

Extinção do ato administrativo e a Lei 9.784/99. Vícios do ato administrativo. O desvio de poder. Nulidades, anulação e convalidação. A revogação do ato administrativo.

Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/99. A dinâmica da função administrativa. Processo e procedimento. Modalidades do processo. Processo administrativo disciplinar (sindicância, processo e processo sumário).

PONTO N° 3

Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

Licitação: conceito, a Lei 8.666/93 e os princípios constitucionais. As "normas gerais" de licitação e contratação administrativa. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades da licitação. O pregão. O processo licitatório: dos atos internos à adjudicação. Anulação, revogação, sanções e recursos administrativos.

PONTO N° 4

Serviço público: conceito e classificação. Elementos formal e material da definição. As normas constitucionais relativas ao serviço público.

Competência para a prestação de serviços públicos. Classificação dos serviços públicos. Delegação, concessão, permissão e autorização. As leis de concessão e as parcerias público-privadas.

O poder de polícia administrativo: evolução e atualidade do conceito. Razão, fundamentos e meios de atuação. Características e limites. Polícia administrativa e polícia judiciária.

Espécies de limitações administrativas à autonomia e à propriedade privadas. Tombamento e servidão.

Desapropriação. Conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização. A chamada desapropriação indireta. A retrocessão.

PONTO N° 5

As sanções administrativas: conceito, natureza jurídica, teleologia e controle (administrativo e judicial).

A regulação econômico-social e o Direito Administrativo Econômico. A intervenção do Estado no domínio econômico (atuação direta e regulatória). A Administração Pública e a competência regulatória: limites e conteúdo. As entidades regulatórias públicas.

Entidades, órgãos e agentes públicos: conceitos e classificação. A competência dos órgãos, entidades e agentes: o poder-dever de agir. Competência administrativa, delegação e avocação.

Administração Pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração: conceitos, modalidades, distinções e finalidades. Estrutura orgânica do Estado, Administração direta e poder hierárquico. A estrutura administrativa do Estado e o Dec. Lei 200/67.

Administração indireta: entidades, natureza e regime jurídicos. Forma e modo de constituição. Autarquias: regime jurídico, conceito e espécies. Fundações: regime jurídico, conceito e espécies. Empresas estatais: regime jurídico, conceito e espécies. Agências executivas e reguladoras. O controle tutelar. As entidades paraestatais e o terceiro setor.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 6

Servidores públicos. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: acesso, ingresso, remuneração e subsídios, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, aposentadoria, estabilidade, direitos e deveres. Lei de Responsabilidade Fiscal e limites às despesas com servidores. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal).

Bens públicos. Definição e classificação. A Constituição da República e o regime do Código Civil de 2002. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular. Bens públicos em espécie.

PONTO N° 7

Responsabilidade do Estado. Teorias e evolução histórica do tema. O regime brasileiro de responsabilidade objetiva: pressupostos de aplicabilidade, causas excludentes e atenuantes. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público.

Controle da Administração Pública (interno e externo). O controle administrativo (conceito, limites e recursos administrativos). O controle legislativo (conceito, limites, o controle político e o controle financeiro). Os Tribunais de Contas (conceito, natureza, limites, recursos administrativos e judiciais). O controle judicial e seus limites. A Administração Pública em Juízo.

Meios de controle judicial da Administração Pública: *habeas data*, mandado de injunção, mandado de segurança (individual e coletivo), ação popular e ação civil pública.

Improbidade administrativa: evolução, conceito e meios de controle. A Lei de Improbidade Administrativa: a natureza do ilícito; procedimento administrativo; processo judicial e a instância competente.

XIII - NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

PONTO N° 1

Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.

Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.

Direito, Comunicação Social e opinião pública.

Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

PONTO N° 2

Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

PONTO N° 3

Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

Direitos e deveres funcionais da magistratura.

Código de Ética da Magistratura Nacional.

Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça

Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

PONTO N° 4

O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.

A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

PONTO N° 5

Direito objetivo e direito subjetivo.

Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

O conceito de Política. Política e Direito.

Ideologias.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

Comissão do Concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

Curitiba, 12 de junho de 2018

Lauri Caetano da Silva

Presidente da Comissão do Concurso